



Comissão Intergestores Tripartite

12ª REUNIÃO ODINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE – 2023

DATA: 14 de dezembro de 2023.

HORÁRIO: 9h às 12h.

LOCAL: Auditório Carlyle Guerra de Macedo – Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília/DF

SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE
DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERFEDERATIVA E PARTICIPATIVA
SECRETARIA EXECUTIVA

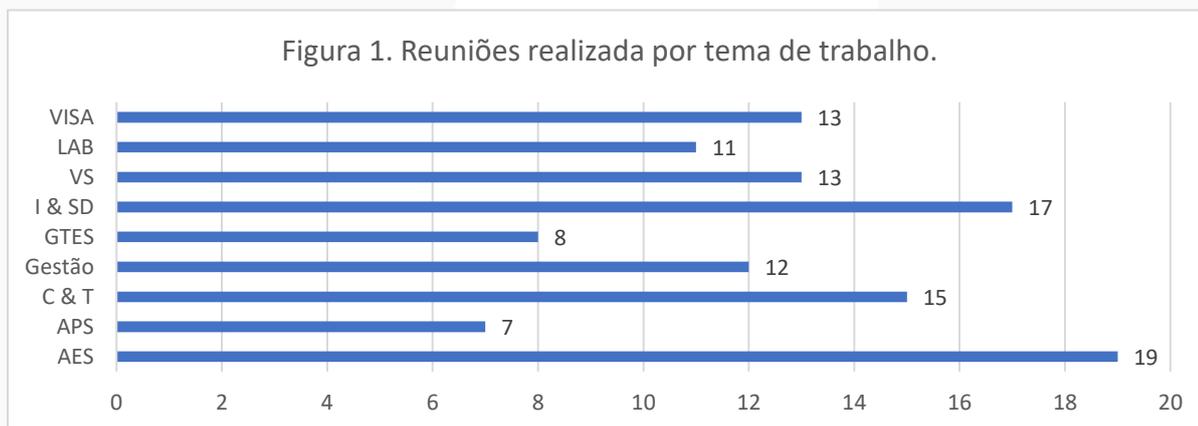
CONTATO: cit@saude.gov.br telefone: (61) 3315.2146

ASSUNTO: Balanço das atividades da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) no ano de 2023.

Objetivo: Este informe objetiva apresentar os resultados das atividades dos Grupos de Trabalho e das reuniões ordinárias da Comissão Intergestores Tripartite no ano de 2023.

Metodologia: Para realização deste informe, analisou-se as pautas e as pactuações ocorridas no período de janeiro a dezembro do ano de 2023. Foram analisadas as apresentações e discussões, discussões e pactuações e informes, de acordo com os temas propostos - atenção primária e especializada; gestão; educação em saúde; vigilância; ciência, tecnologia e, informação e saúde digital. Os grupos de trabalho (GT), as Câmaras Técnicas (CT) e as Reuniões Ordinárias da CIT são realizadas pelo Ministério da Saúde (MS), pelo Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e convidados técnicos, professores, pesquisadores e instituições que contribuíram com a estruturação e a operacionalização do Sistema Único de Saúde (SUS).

Resultados: Foram realizadas 12 reuniões ordinárias da CIT, 12 reuniões da Câmara Técnica, 115 reuniões ordinárias e extraordinárias de Grupos de Trabalho de Vigilância Sanitária (VISA), Laboratório de Saúde Pública (LAB), Vigilância em Saúde (VS), Informação e Saúde Digital (I & SD), Gestão do Trabalho e Educação em Saúde (GTES), Gestão, Atenção Primária (APS) e Atenção Especializada em Saúde (AES), Figura 1.

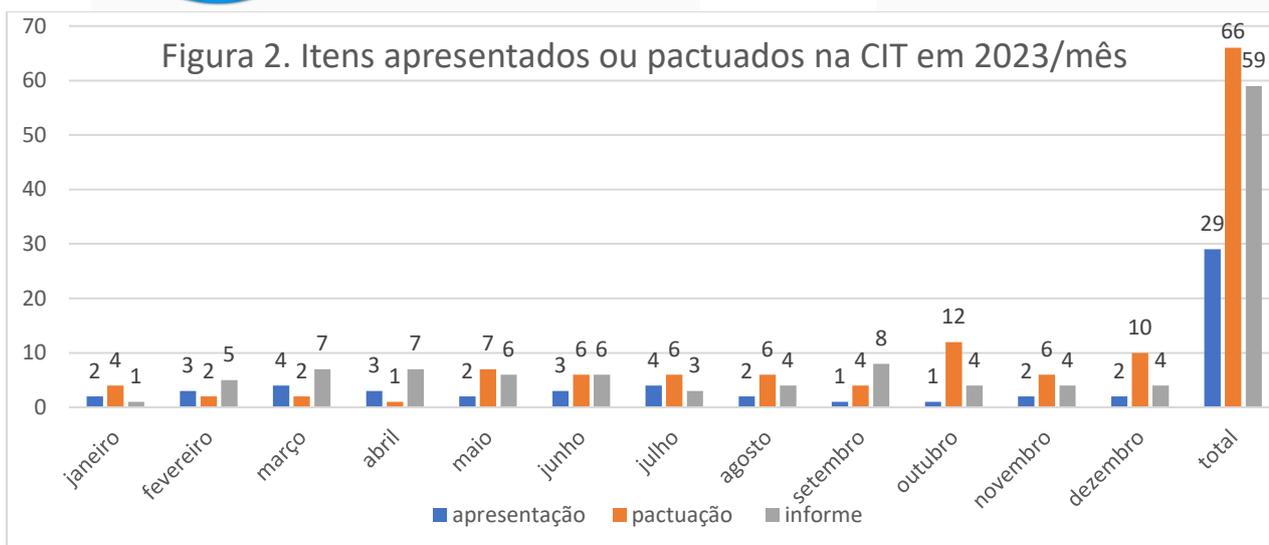


Desse trabalho, resultaram 29 apresentações de temas relevantes para o SUS, como por exemplo a participação do Conselho Nacional de Saúde, trazendo informações e buscando engajamento da sociedade para participação na 17ª Conferência Nacional de Saúde e em outras conferências, a elaboração da Nota Técnica nº 57/2023 sobre as Atualizações Acerca das “Condições pós-Covid”, além de 66 pactuações e 59 informes, como por exemplo a situação da saúde indígena, com destaque para o povo Yanomami, planejamento no SUS, como mostra a Figura 2.

Muitos temas centrais para a reconstrução, desenvolvimento e implementação do SUS foram tratados pela Sra. Ministra, pelo Ministério da Saúde e pelo Conass e Conasems, de forma tripartite.



Comissão Intergestores Tripartite



As pactuações realizadas foram categorizadas como estratégias, programas, financiamento e políticas na CIT que têm repercussão no SUS. As estratégias relacionam-se a diretrizes operacionais, implantação de etapas de programas, como por exemplo, a reconstrução e operacionalização do Programa Nacional de Imunização. Os programas versaram sobre diversos temas como por exemplo, o Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Programa Mais Médicos e Programa Farmácia Popular. O financiamento não somente foi tratado de forma específica, no custeio da incorporação de medicamentos, por exemplo, bem como, fez parte do conjunto de estratégias, programas e políticas adotadas para o SUS, como o financiamento de componentes da Rede Cegonha. As políticas foram os elementos mais abrangentes pactuadas na CIT. São componentes gerais da gestão do SUS, orientadores das ações e atividades de saúde. A Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES) e a Política Nacional de Cuidados Paliativos são inovações no SUS e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência e a Política Nacional de Atenção Domiciliar foram revisadas.

A Figura 3, mostra que foram pactuadas nas reuniões ordinária da CIT 30 estratégias, 10 programas, 20 financiamentos e 4 políticas de saúde para o SUS.



Nas reuniões da CIT, participaram cerca de 1.440 gestores, técnicos e servidores da saúde, parlamentares e representantes da Presidência da República, Conselho Nacional de Saúde e outras instituições (aproximadamente, 120 participantes presenciais por mês na OPAS) e assistiram pela internet, cerca de 20 mil pessoas, com acessos virtuais em tempo real às plenárias, ao longo do ano.

Nesse espaço, que traz a essência das relações interfederativas e da governança do SUS, alguns assuntos ou temas são desafios para a estruturação e a operacionalização do Sistema, tais como: o financiamento, a gestão compartilhada, a educação e a formação em saúde, a informação e a saúde digital, o desenvolvimento e consolidação do parque industrial, a atenção, integrados por processos transversais buscando a integralidade, a equidade, a participação popular e tendo a ciência como norteadora dos processos.